

## **REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E SANTA SÉ: UMA LONGA HISTÓRIA DE ENCONTROS E DESENCONTROS**

People's Republic of China and the Holy See: A Long  
History of Agreements and Disagreements

*Anna Carletti<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Em 2 de abril de 2005 a morte do Papa João Paulo II marcou o fim de um dos papados mais longos da história da Igreja Católica. Iniciado em 1978 foi caracterizado por mudanças mundiais e se diferenciou pelas inúmeras viagens realizadas por João Paulo II. Ao se encerrar, no balanço destas visitas internacionais apareciam apenas duas viagens não realizadas: a visita à Rússia e à China. Estes foram os países que João Paulo II desde o início do seu pontificado quis visitar, mas não conseguiu.

O empecilho à viagem em terra russa foi posto pela própria Igreja Ortodoxa e não pelo governo, cujos representantes várias vezes visitaram o Papa no Vaticano.

A segunda viagem que não se realizou foi à China. Esta visita sempre foi almejada pelo Papa João Paulo II, sobretudo em vista do desejo de retomar as relações diplomáticas com a República Popular da China, interrompidas em 1951.

Ao contrário do caso russo, esta visita foi vetada pelo governo chinês por várias razões, a mais evidente é a não aceitação de ingerências de um chefe estrangeiro nos assuntos internos da China. A ausência de relações diplomáticas com a República Popular da China foi uma das questões que permaneceram irresolutas, não obstante as numerosas tentativas de João Paulo II.

Atualmente a Santa Sé, situada no Estado da Cidade do Vaticano, mantém relações diplomáticas com 174 países. Ela mantém uma relação de natureza especial

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em História da China. [annacarlettib@hotmail.com](mailto:annacarlettib@hotmail.com)

com a Federação Russa e com a Organização para a Liberação da Palestina (OLP).

Dentro dos 174 países encontra-se a República da China (Taiwan), com a qual a Santa Sé estreitou suas relações diplomáticas logo depois da instauração do Partido Comunista da China no poder, quando as relações com a República Popular da China (RPC) ficaram tão difíceis que se chegou à ruptura, em 1951.

Desde que as relações oficiais foram interrompidas China e a Santa Sé estão tentando uma reaproximação que, pelas razões que tentaremos analisar neste artigo, ainda não aconteceu.

O governo chinês ainda hoje apenas suporta com relutância a ligação da Igreja Católica na China com o papa, já que os governantes chineses não aceitam o fato de que, sendo o papa chefe do Estado da Cidade do Vaticano - considerado pelos chineses como um estado estrangeiro - ele seja o chefe espiritual dos católicos que se encontram presentes, mesmo se em pequena porcentagem, também em território chinês.

Os católicos chineses desejam ver reconhecida pelo governo comunista a própria ligação espiritual com o papa, assim como o fazem os católicos do mundo inteiro, integrantes de uma única igreja universal. E é nesta ligação que parece se esconder o coração do problema. Tal ligação é considerada pelo governo chinês como algo perigoso, que deve ser mantido sob controle e que pode engendrar violações de soberania.

É importante notar que esta situação de controle não se estende, ao menos em igual medida, às outras grandes religiões. O governo chinês reconhece cinco grandes religiões oficiais: budismo, taoísmo, islamismo, catolicismo e protestantismo. Com exceção do período da Revolução Cultural que eliminou, ou ao menos tentou eliminar qualquer tipo de religião, nos períodos de abertura do governo comunista a religião católica sempre foi objeto de um mais estreito controle, devido ao fato que, entre estas religiões, ela é a única que faz referência a um chefe estrangeiro cuja autoridade, mesmo sendo espiritual, recai sobre cidadãos de nações soberanas.

A China sempre foi um país que se considerou o centro do mundo. O seu nome em chinês é Zhong Guo, que significa País do Meio, a representar a importância reservada à própria nação, onde os outros países ficavam às margens da própria

civilização. Pelo fato de se considerar auto-suficiente e, portanto, não dependente de outros países, na sua história milenar sempre dificultou as relações que outros países, principalmente do Ocidente, tentavam estabelecer com o maior país do Oriente. A sua forte identidade cultural sempre a levou a assimilar as culturas locais com as quais entrava em contato por motivos comerciais ou religiosos. Desta assimilação podemos ter um exemplo claro no caso do budismo chinês. O budismo, originário da Índia, foi introduzido gradualmente na China por meio da chegada de monges provenientes da Ásia Central. Aos poucos, monges chineses empreenderam viagens à Índia para aprender o sânscrito e poder traduzir o cânone budista na língua chinesa. Como muitos conceitos do budismo indiano não correspondiam a realidades chinesas, foram utilizados termos taoístas de maneira tal que o budismo foi se mesclando com a religião taoísta e acabou assumindo características chinesas devendo-se adaptar à cultura daquele país e criando escolas chinesas que não correspondiam às escolas indianas que existiam na época.

Podemos, talvez, fazer uma comparação também com o marxismo vindo da Europa e que a ex-União Soviética ajudou a difundir na China. Mao Zedong adaptou o pensamento marxista à realidade chinesa.

Em relação à Igreja Católica, a China tentou uma experiência de assimilação cultural característica de sua história, apostando na criação de uma Igreja Católica *exnovo*, independente da Igreja de Roma e do seu chefe, o Papa.

### **As razões da desconfiança chinesa**

A desconfiança do governo chinês em relação à Igreja Católica e, de maneira especial, em relação ao papa pode ser compreendida analisando os acontecimentos que caracterizaram o período do colonialismo europeu na China, chamado de período dos Tratados Desiguais, durante o qual a China sofreu contínuos ataques à sua soberania por parte de potências ocidentais que a invadiram e a exploraram economicamente. As potências coloniais ocuparam o país dividindo-o em várias regiões de influência ocidental onde os ocidentais ditavam lei e as autoridades chinesas eram obrigadas a se submeter a este poder estrangeiro.

Diante destes acontecimentos todos os estrangeiros tornaram-se, aos olhos dos chineses, automaticamente inimigos, incluindo os missionários que naquele período se encontravam na China. De fato, muitos deles receberam de suas nações de origem uma certa proteção, que se de um lado facilitava-lhes o trabalho missionário, pela liberdade de evangelização garantida por meio dos Tratados, de outro os colocava, aos olhos do povo chinês, ao mesmo nível que os colonizadores estrangeiros, cúmplices da humilhação à que a China estava submetida.

Nos anos de forçada abertura da China ao exterior, vários missionários ingressaram na China nos mesmos navios que traziam os invasores estrangeiros. Entre o séc. XIX e o início do séc. XX o espírito nacionalista europeu era fortíssimo e os missionários católicos na China não conseguiram ficar isentos de tal tendência. O que podiam experimentar os cristãos chineses quando viam içadas nas suas igrejas as bandeiras da França, ou da Inglaterra?

Muitas vezes os métodos tradicionais de evangelização não levavam em conta os costumes e as tradições chinesas, além de forçar os cristãos chineses a adotar elementos culturais ocidentais que não faziam parte da essência da fé cristã. A China era vista por alguns missionários como uma nação subdesenvolvida, cujo povo precisava urgentemente da salvação, da liberação de uma cultura de superstições e falsas crenças. Esta convicção levou alguns missionários a adotar uma postura de superioridade que relegava os padres, os seminaristas e os cristãos chineses a uma posição de submissão.

De conseqüência, o cristianismo foi considerado como uma “religião estrangeira”, instrumento do imperialismo. O espírito patriótico que se desenvolveu entre os chineses nos primeiros anos do séc. XX era a única resposta possível para a salvaguarda da integridade chinesa.

Alguns missionários e enviados da Santa Sé tentaram, nas primeiras décadas do séc. XX, reverter esta situação promovendo o estabelecimento de uma hierarquia católica chinesa e defendendo a China contra a ingerência estrangeira. Mas a associação do cristianismo ao Ocidente não conseguiu ser cancelada. Quando os comunistas tomaram o poder, o papado, pelas suas estreitas ligações com o Ocidente, e pela

declarada oposição ao comunismo, foi considerado como uma ameaça para a soberania chinesa.

### **Os desencontros entre a Igreja Católica e a China**

A história das relações entre China e a Santa Sé caracterizou-se pela quase inexistente sintonia entre os dois governos. Eles perderam diversas ocasiões de encontro, devido ora a intransigência de uma parte, ora à inflexibilidade de outra. Os acontecimentos de política interna dos dois países e o seu envolvimento no cenário internacional influenciaram as suas políticas externas marcando significativos descompassos que contribuiram ao prolongamento do desentendimento.

O primeiro grande desencontro, antes de 1949, foi após o advento da dinastia Qing, em 1644, quando o imperador Kangxi tornou-se um importante defensor do cristianismo e dos missionários católicos que residiam na China. O futuro do catolicismo na China parecia se prospectar brilhante com o apoio do imperador e dos altos funcionários da corte. De fato, os missionários jesuítas, guiados pelo exemplo de Matteo Ricci, conseguiram apresentar um cristianismo em harmonia com os valores tradicionais chineses. Todavia, o encanto se quebrou quando outras ordens religiosas que trabalhavam na China denunciaram à Santa Sé os métodos de evangelização inovadores usados pelos jesuítas. A Questão dos Ritos concluiu-se pela atitude intransigente de Roma que, com medo de perder a própria ortodoxia e deformar os princípios da fé católica, fechou-se ao diálogo, recusando-se a escutar o próprio imperador que defendeu publicamente o trabalho dos jesuítas. Dois papas assinaram os documentos que marcaram o aparente fim do catolicismo na China: o papa Clemente XI com a Bula *Ex Illa die* (1715) e o papa Bento XIV com a Bula *Ex quo singulari* (1742).

O segundo desencontro foi logo após a proclamação da República Popular da China, que marcou o início da instauração do regime comunista. Após a Segunda Guerra Mundial, o alinhamento da Santa Sé ao lado das potências ocidentais, contra o bloco comunista, foi um dos elementos que dificultou suas relações com o novo governo chinês. As autoridades chinesas conheciam a luta acirrada do então papa Pio XII contra o comunismo. Empenhado radicalmente nesta luta, ele não conseguiu avaliar

com clareza algumas das aberturas que os comunistas, no primeiro estágio da revolução, estavam dispostos a conceder à Igreja Católica na China. Havia, neste âmbito, uma parte de bispos, padres e católicos chineses que, sem dúvida, compartilhavam dos anseios de libertação e independência da nação chinesa, ideais em comum com os comunistas.

Com efeito, nos primeiros anos da revolução, os comunistas não haviam ainda negado aos católicos chineses a possibilidade da ligação espiritual com o Papa. A consideração desta disposição por parte das autoridades chinesas talvez tivesse permitido um trabalho de negociação, de cooperação por parte dos bispos chineses, se estes tivessem tido a aprovação vaticana.

É verdade que a proposta lançada pelo Movimento das Três Autonomias, que reivindicava uma Igreja Católica nacional baseada nos princípios de autogoverno, autofinanciamento e autopropaganda, parecia querer transformar definitivamente a Igreja Católica na China em uma instituição nacional sem qualquer ligação com o Ocidente. Diante desta perspectiva, a Santa Sé não poderia deixar de reagir. De outro lado, porém, o Movimento das Três Autonomias, na sua gestação, deixava ainda espaço para interpretações que poderiam salvar os princípios fundamentais do catolicismo. Trabalhar nesta interpretação foi a tentativa feita por uma parte dos bispos, que procuraram manter a porta aberta ao diálogo. Entretanto, Pio XII, certamente influenciado pela posição que a Santa Sé ocupava na ordem mundial, e pela época em que os fatos aconteceram, cortou pela raiz estas tímidas tentativas de diálogo e condenou enérgica e severamente o comunismo e quantos tivessem se aliado a ele, principalmente os bispos, sacerdotes e os fiéis. Diante desta atitude, o governo chinês não teve dúvida em declarar Roma, e os seus seguidores, como inimigos da China, ao lado das potências imperialistas, que haviam explorado e reduzido o país a uma condição semi-colonial.

Deste desencontro nasceu a Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC), que, fundada em 1957 para exercer a função de ligação entre o Partido Comunista da China e a Igreja Católica na China, desempenhará sempre um papel fundamentalmente negativo nas relações entre a Santa Sé e o governo chinês.

A recusa de Pio XII em entender a peculiaridade da situação da Igreja Católica

na China agravou a situação. Ele não confiava naqueles bispos que escolheram trabalhar ao lado do governo chinês mesmo não compartilhando suas escolhas políticas. Quando, por vingança, o governo chinês, por meio da APCC, em 1958, decidiu consagrar dois bispos católicos independentemente da Santa Sé, Pio XII encontrou-se diante de uma escolha decisiva. Os dois candidatos enviaram às pressas à Santa Sé o pedido de reconhecimento da sua consagração, pedido este que, no nosso parecer, representava uma clara declaração de comunhão com o Papa, mesmo se a situação contingente parecia sugerir o contrário.

A Santa Sé, porém, não conseguiu ler nas entrelinhas daquele pedido e rejeitou as consagrações episcopais julgando-as ilícitas.

O governo chinês recebeu tal rejeição como uma espécie de declaração de guerra por parte da Santa Sé e devolveu com a mesma moeda.

A partir daquele momento abriu-se uma fenda, não somente entre a Santa Sé e a China, mas no âmbito da própria Igreja Católica na China, que se encontrou dividida, quase à beira de um cisma.

Até então, foi a inflexibilidade da Igreja Católica que provocou a maioria dos desencontros, mesmo levando em consideração que não era fácil para a Santa Sé, principalmente a partir de 1949, encontrar um terreno comum de trabalho com um país comunista, cuja ideologia considerava a religião uma invenção humana destinada a desaparecer da face da terra.

A partir do final dos anos 50, a Igreja Católica inverteu sua rota. Com a eleição do papa João XXIII, em 1958, a Santa Sé renunciou ao seu tom condenatório para acolher os desafios apresentados pelas mudanças sociais, políticas e econômicas. O seu sucessor, Paulo VI, lançou numerosas iniciativas para reaproximar a Santa Sé à China. Em 1965, durante uma sua visita às Organizações das Nações Unidas, apelou às potências ocidentais para que estas acolhessem a China entre os países membros da ONU.

Contudo, esta abertura da Santa Sé coincidiu com os anos mais obscuros da China.

A partir de 1956, Mao Zedong lançou várias campanhas de “purificação” para

desalojar os seus supostos inimigos, até chegar à instauração da Revolução Cultural que durou até 1976, ano de sua morte. Os apelos de reconciliação de Paulo VI, que conseguiu chegar até às portas da China em 1970, em ocasião de sua viagem na colônia inglesa de Hong Kong, caíram no vazio.

As tentativas de negociação entre a Santa Sé e a China foram retomadas somente no início dos anos 80 quando, graças a Deng Xiaoping, o país entrou na era da modernização e inaugurou a política das Portas Abertas.

Sob a sua liderança, a China começou a sua transformação passando de uma posição de atraso, principalmente do ponto de vista econômico, à posição de país considerado entre os líderes econômicos emergentes no cenário internacional. Para alcançar este objetivo, a China comunista compreendeu que deveria promover não somente o seu crescimento econômico, mas, também, melhorar a visão que os outros países tinham dela. Os governantes chineses perceberam que, entre as populações da maioria dos países com os quais eles tinham intenção de enlaçar relações diplomáticas e econômicas, a maioria era católica, assim como católicos eram os muitos chineses emigrados (*huaqiao*) que queriam retomar os relacionamentos com a própria pátria. Neste contexto, a aproximação com a Santa Sé é algo que lhe facilitaria as relações com o resto do mundo e ajudaria na sua intenção de mostrar ao mundo uma nova face da China.

Aos poucos as igrejas foram reabertas e os católicos puderam participar de novo das celebrações religiosas. As comunidades religiosas acabaram se beneficiando da política de abertura inaugurada por Deng Xiaoping, mas tiveram que aceitar as condições oferecidas pelo governo. Deng Xiaoping queria demonstrar ser capaz de dar espaço a todos, inclusive às comunidades religiosas, desde que estas aceitassem formar junto com o governo chinês uma Frente Unida para trabalhar pela construção de uma nova China.

Nem todos os católicos, porém, confiaram em tal demonstração de tolerância. Era de fato uma liberdade religiosa que não deixava espaço a qualquer tipo de divergência e que mantinha sob controle todas as tentativas de comunicação com o Vaticano, considerado ainda como um elemento perigoso para a independência chinesa.



Organismos governamentais receberam do governo a tarefa de administrar os assuntos religiosos, que incluía a intervenção na nomeação dos bispos católicos chineses, pois o governo chinês julgava inadmissível que o chefe político de outro Estado, como era considerado o Papa, pudesse nomear os administradores de comunidades católicas chinesas (os bispos). A questão da nomeação sempre foi um dos pontos-chave das complicadas relações entre a Santa Sé e o governo chinês gerando não poucos problemas para a comunidade católica chinesa.

Ao longo de décadas, acabaram se formando na China três grupos de bispos. O primeiro formado por uma minoria que, sob convite do governo comunista havia aceitado cortar completamente as relações com o Papa, e queria formar uma Igreja Católica independente. O segundo grupo, majoritário, era formado por bispos que haviam escolhido permanecer ao lado do governo chinês no intuito de salvar como podiam as sementes do catolicismo na China. Muitos destes bispos, nomeados sem a aprovação do Vaticano, procuravam secretamente, após sua consagração episcopal, o consentimento do Papa restabelecendo, em segredo, a comunhão com ele. O terceiro grupo era constituído por aqueles bispos que escolheram a clandestinidade por não se submeterem ao controle do governo comunista. Muitos deles foram torturados e jogados na cadeia, onde passaram mais de vinte anos. Estes grupos eram seguidos por milhares de católicos, também divididos entre eles.

A Santa Sé, especialmente nos pontificados de Paulo VI e João Paulo II, tentou manter o diálogo não somente com as autoridades chinesas, mas, também, com as diversas comunidades da Igreja Católica na China. Cartas, orientações, diretrizes foram enviadas às comunidades chinesas. Algumas destas diretrizes vaticanas, que queriam ajudar a Igreja Católica a não sucumbir sob o controle total por parte do governo chinês, demonstraram-se, porém, como facas de dois gumes.

Em 1978, por exemplo, a Santa Sé emitiu um documento que concedia poderes especiais aos bispos e ao clero católico reduzindo ao mínimo as obrigações formais. Com base em tal documento os bispos poderiam ordenar sacerdotes homens católicos de conhecida e comprovada virtude mesmo que não tivessem recebido uma educação teológica formal. A este documento, poucos anos depois, se acrescentou a decisão de

João Paulo II de permitir que os bispos clandestinos pudessem consagrar outros bispos mesmo quando, por razões de segurança, não conseguissem obter a aprovação da Santa Sé. A partir daí as ordenações de padres clandestinos sem a devida formação teológica e a consagração de bispos católicos clandestinos cresceram vertiginosamente reforçando as fileiras da comunidade católica clandestina que, sentindo-se mais forte, passou a combater e, muitas vezes, também a difamar as comunidades católicas “oficiais”, definindo-as como ninho de pecadores. O governo comunista, diante de tal situação, emitiu vários documentos oficiais para tentar derrotar as comunidades clandestinas consideradas como infiltração do Vaticano na China.

As atitudes amigáveis da Santa Sé, que em várias ocasiões demonstrou seu reconhecimento pela Igreja Católica na China – lembramos o caso da nomeação a Arcebispo de Deng Yimin, então bispo de Cantão (1981), ou a canonização dos 120 mártires chineses (2000) –, ao invés de convencer o governo chinês das boas intenções do Vaticano agravou as já complicadas condições da Igreja Católica na China. O governo chinês e a APCC, que o representava em âmbito católico, respondeu a tais ofertas conciliadoras com reações radicalmente negativas.

À abertura econômica da China não correspondeu a abertura política e religiosa. Os acontecimentos que envolveram a queda dos governos comunistas na URSS e no Leste Europeu, no final dos anos 80, reforçaram no governo chinês a desconfiança quer em relação a um papa, que havia dado uma importante contribuição a tais eventos, quer em relação à religião, considerada um fator não desestabilizante para a sociedade chinesa somente se extremamente limitada nas suas atividades.

De fato, o governo chinês aprovava somente o exercício de atos religiosos que passassem pela aprovação da APCC. Os católicos, padres e bispos deviam se registrar junto aos departamentos governamentais. Quem não estivesse registrado era considerado pelas autoridades chinesas como um clandestino, que minava a ordem pública.

A divisão entre grupos patrióticos e grupos subterrâneos gerou grandes dificuldades para a Igreja Católica na China.

Até a sua morte, em 2005, o papa João Paulo II tentou dialogar com as

autoridades chinesas, com os bispos, com os católicos chineses para que todos trabalhassem por uma reconciliação. Durante os 26 anos de seu pontificado ele dirigiu-se à China 60 vezes, entre discursos oficiais, mensagens e saudações.

Todavia, seus esforços não conseguiram convencer o governo chinês de sua sinceridade e suas tentativas de diálogo não tiveram o sucesso esperado.

### **Início de uma nova fase**

Com a morte de João Paulo II e a eleição de Bento XVI, as autoridades chinesas, talvez somente por razões pragmáticas e de propaganda, começaram a enviar sinais positivos à Santa Sé.

Pela primeira vez o governo chinês enviou seus pêsames pela morte de um papa e enviou suas felicitações pela eleição de um novo papa. A participação, de certa forma, nos eventos internos da Santa Sé, como era praxe na diplomacia dos países do resto do mundo, constituía um fato inédito para a República Popular da China. Além disso, as autoridades chinesas manifestaram interesse pela eventual retomada de relações diplomáticas com a Santa Sé.

Podemos então, nos perguntar sobre o porquê desta mudança, considerando o fato de que a política religiosa do governo chinês não sofreu mudanças significativas. Quais seriam os motivos deste renovado interesse em relação à Santa Sé?

Acreditamos que os principais motivos que levaram o governo chinês a decidir enlaçar relações diplomáticas foram de ordem prática.

O governo chinês não conseguiu derrotar a religião, não conseguiu nacionalizar a Igreja Católica na China, tornando-a uma instituição exclusivamente chinesa. Lembramos que esta tendência à “chinezização”, à absorção de fenômenos estrangeiros pela cultura chinesa, foi uma constante na história chinesa. Foi assim com a introdução do Budismo da Índia, que se converteu em um Budismo chinês, com suas próprias escolas. Foi assim com os povos e seus líderes que, derrotando a China e fundando as próprias dinastias, acabavam adotando os costumes e as tradições chinesas, abandonando os costumes originários. A mesma coisa aconteceu com o comunismo que, na China, adquiriu peculiaridades chinesas acompanhando a transformação do país,

assim como a economia, que Deng Xiaoping redesenhou nos contornos de uma economia socialista de mercado.

Entretanto, com a Igreja Católica não aconteceu a mesma coisa. O governo chinês deparou-se com o fato de que, durante estes 56 anos, desde a fundação da República Popular da China, esta instituição ligada a Roma, não obstante alguns momentos em que parecia ter sido exterminada, conseguiu permanecer em território chinês sem perder a ligação com o Papa, símbolo de universalidade e de comunhão com as outras igrejas locais.

Diante disso, o governo chinês foi quase que obrigado a atuar uma política de distensão, não tanto levado por interesses econômicos, como aconteceu no caso das relações diplomáticas com outros países, quanto motivado por interesses pragmáticos.

As autoridades chinesas continuavam recebendo denúncias, por parte de governos parceiros, a respeito de prisões de bispos católicos, de violação dos direitos humanos, também no âmbito religioso, de ingerência por parte do Estado nas questões religiosas. Estes contínuos apelos certamente convenceram as autoridades chinesas da conveniência de uma demonstração de simpatia em relação ao Vaticano, para facilitar a sua plena aceitação internacional, tendo em vista também as Olimpíadas de 2008.

Existe, porém, um outro elemento significativo que levou o governo chinês a procurar uma distensão nas relações com a Santa Sé. Elemento que se encontra no próprio âmbito governativo. Trata-se da questão da Associação Patriótica Católica Chinesa, cuja ação está atrapalhando, mais do que ajudando, o governo chinês na gestão dos assuntos religiosos.

O próprio governo chinês, nos últimos anos, e por diversas vezes, manteve distância das iniciativas radicais da APCC, pois este órgão governativo tenta bloquear todas as tentativas de distensão entre a Santa Sé e a China. Demonstração disso foram as últimas ordenações episcopais consideradas ilícitas pela Santa Sé porque realizadas sem a sua autorização prévia. Os fatos remontam ao mês de maio de 2006. Este acontecimento gerou um mal-estar nas duas partes. Mesmo não existindo um acordo explícito entre as partes que regulamente as ordenações episcopais, nos últimos anos estas aconteciam com a aprovação da Santa Sé sob o tácito consentimento do governo

chinês.

A iniciativa da APCC em relação a estas ordenações episcopais foi de provocar atrito entre a Santa Sé e o governo chinês. O papa não deixou de reclamar contra tal ato, manifestando a sua contrariedade a tais eventos. Todavia, se tal manifestação de contrariedade é considerada usual para a Santa Sé, não foi considerada tal a desaprovação do governo chinês que, ordenou à APCC deter tais ordenações, fazendo entender que estas ordenações eram iniciativas exclusivas da APCC. Esta desaprovação por parte do governo chinês indica a insatisfação das autoridades com a ação da APCC, que há muito não recebe a aprovação da maioria dos católicos chineses. A APCC, liderada pelo vice-presidente Antonio Liu Bianian, está tomando sempre mais consciência do perigo que constituiria a retomada das relações diplomáticas entre a Santa Sé e a República Popular da China. Há quem diga que, com a retomada das relações diplomáticas a APCC poderia ser extinta. Não acreditamos que isto possa acontecer, pois a APCC foi uma criação dos primeiros anos do regime comunista e, como tal, faz parte de um patrimônio quase que intocável. Certamente os seus líderes têm consciência disso, mas ao mesmo tempo sabem que se a extinção da APCC é fora de toda lógica, a perda efetiva de poderes e de posições no âmbito do partido não pode ser *a priori* descartada.

A APCC está se tornando um fator de desestabilização, não somente no que diz respeito às relações com a Santa Sé, mas também no âmbito interno, pelas desordens que provoca dentro das organizações católicas aprovadas pelo governo.

Estas últimas estão se aproximando sempre mais das comunidades consideradas subterrâneas preenchendo desta forma a divisão que caracterizou por muito tempo a história da Igreja Católica na China. Esta aproximação deve-se ao fato de que, atualmente, quase a totalidade dos bispos chineses patrióticos obteve o reconhecimento da Santa Sé.

Foi o que declarou oficialmente a Santa Sé em um Comunicado de imprensa emitido após uma importante reunião sobre a situação da Igreja Católica na China. A reunião foi organizada pela Santa Sé e realizada em Roma, no mês de janeiro de 2007. Ao final da reunião, à qual participaram figuras importantes da Secretaria de Estado e

da Congregação para a Evangelização dos Povos, além de diversas personalidades ligadas à China, os participantes auspiciaram uma normalização das relações da Santa Sé com a China.

Esta iniciativa desejada por Bento XVI confirmou o profundo interesse que o novo papa nutre em relação à situação dos católicos chineses. De suas atitudes podemos presumir que sua intenção seja trabalhar principalmente pela unidade da Igreja Católica na China, reforçando e incentivando as iniciativas de reconciliação entre os grupos patrióticos e subterrâneos.

Estes últimos estão pedindo uma atenção especial por parte da Santa Sé, em reconhecimento aos longos sofrimentos e provações sofridas durante décadas. Talvez, sem a contribuição dos grupos subterrâneos a Igreja Católica na China teria sucumbido e os grupos patrióticos teriam perdido a ligação com o Papa.

## **Conclusões**

A atual situação apresenta, portanto, sinais positivos. Todavia, nos parece ainda prematuro pensar em uma rápida resolução do problema. Isto porque, se de um lado ambos os governos desejam uma normalização de suas relações, de outro os motivos que os levam a procurar uma reconciliação possuem pontos de partida diferentes.

A China, como vimos, parte de motivos pragmáticos: livrar-se das denúncias dos seus parceiros comerciais; melhorar a sua imagem no cenário internacional; eliminar fatores de desestabilização que não ajudam na realização do programa político de Hu Jintao, (a “Sociedade Harmoniosa”). O governo chinês compreende o Papa como chefe de outro Estado. O ponto de partida é, portanto político. Nesta visão, as relações diplomáticas representam o primeiro passo a ser dado, antes de serem resolvidas outras questões.

De outro lado, a Santa Sé parte de pressupostos completamente diferentes. Na normalização das relações com a China ela procura primeiramente garantias de liberdade religiosa, que permitam aos católicos e ao clero de praticar a própria fé, em comunhão com o papa. Isto envolveria a liberdade não só de nomear os bispos, mesmo aceitando uma participação do governo chinês, mas, também, a liberdade para todos de

participar em eventos internacionais da Igreja Católica, como no caso dos Sínodos ou das visitas *ad limina* que os bispos realizam junto ao Papa. Sem estas garantias, o restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China perde certamente sentido para a Santa Sé.

Obviamente, a Santa Sé possui seus objetivos pastorais. A China representa um país promissório para o futuro da Igreja Católica. Obter um certo grau de liberdade para os católicos chineses significa também um aumento sensível da população católica.

O governo chinês está ciente da força moral da Santa Sé, de sua influência na vida de cada católico, por isso nunca fez questão de apressar as negociações rumo a uma normalização de suas relações. Atualmente, porém, o governo chinês encontra-se diante de pressões sempre mais fortes do Ocidente, às quais, provavelmente terá que ceder, ao menos em parte, mas não na medida desejada pela Santa Sé. Certamente poderá ser encontrado um *modus vivendi* que, com o passar dos anos, poderá propiciar a resolução de um conflito que, mesmo não armado, já causou o sofrimento de tantas pessoas.

Alguns elementos nos permitem a previsão de tal resolução.

Primeiramente, o fato do atual papa nunca ter manifestado preocupações anticomunistas em relação à China. Isto porque na China não há nenhum problema de envolvimento entre marxismo e teologia, como na América Latina, com o fenômeno da Teologia da Libertação, por ele reprovado. Na China, ao contrário, trata-se exclusivamente de uma questão política, pois o problema não envolve os princípios teológicos da fé.

De sua parte, as autoridades chinesas poderão concordar com a abertura religiosa desde que esta não atinja a hegemonia política do Partido Comunista da China, como aconteceu com a abertura econômica, que não lesou o regime comunista.

Caso a liberdade religiosa dos católicos não pretenda se expandir ao âmbito político, o governo chinês poderá permitir a reconciliação dos católicos chineses. Caso contrário, o governo comunista continuará mantendo e apoiando a APCC – que trabalhou e ainda hoje atua para manter a divisão dos católicos –, servindo-se politicamente de tal situação de fragilidade dos católicos por meio da atuação da APCC.

Mas acreditamos que o Vaticano não tenha interesse em ser protagonista de uma

eventual instauração da democracia representativa na China. Os objetivos do Vaticano na China parecem ser exclusivamente pastorais. Até porque a Igreja Católica (que passou a valorizar a democracia representativa após a Segunda Guerra Mundial) está atualmente enfrentando problemas em alguns países democráticos de tradição católica, que votam a favor de projetos diferentes (principalmente no âmbito da bioética) daqueles defendidos pelo papa.

A Igreja Católica valoriza a democracia, mas, no momento, está mais preocupada com a unidade, liberdade e expansão dos católicos sob o governo dos comunistas do que com o futuro político da China.

A liberdade econômica está convivendo relativamente bem com a falta de liberdade política. E parece ser este o objetivo imediato do Vaticano: demonstrar que a liberdade de religião pode conviver com a falta de liberdade política. Afinal, a democracia é uma orientação moral importante para a ética social da Igreja Católica, mas não faz parte de seu Credo de fé.

## REFERÊNCIAS

- AMBROSI, Angelica. *I rapporti diplomatici tra la Santa Sede e la Cina dal 1850 al 1951*. Roma: Lateran University Press, 2003.
- BOXER, Charles. *O império colonial português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- CARLETTI, Anna. *Storia dei Lazzaristi a Pechino dal 1776 al 1951*. Tese de Láurea em Línguas e Civilizações Orientais – Università degli Studi di Roma “La Sapienza”. Roma, 1996.
- CERVELLERA, Bernardo. *Missione Cina: viaggio nell’Impero tra mercato e repressione*. Milão: Ed. Àncora, 2003.
- CHANG JUNG; HALLIDAY, Jon. *Mao – la storia sconosciuta*. Milão: Longanesi, 2006.
- CHANG JUNG. *Cisnes selvagens – Três Filhas da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



- CHARBONNIER, Jean. Vaticano e Cina dal 1932 al 1953. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 261-273.
- \_\_\_\_\_. La chiesa clandestina. In: TANG, Edmond; WIEST Jean Paul et al. *La chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995, p. 88-112.
- CHEN CHIH-MAI. *La Chiesa cattolica in Cina*. Roma: Edizioni Mediterranee, 1975.
- COLLOTTI Pischel, Enrica. *La Cina: la politica estera di un paese sovrano*. Milão: Franco Angeli, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Storia della rivoluzione cinese*. Roma: Editori Riuniti, 1972.
- CORRADINI, Piero. La Cina. In: *Nuova Storia Universale dei Popoli e delle Civiltà. Volume XIX*. Turim: Unione –Tipografico- Editore Torinese, 1969.
- \_\_\_\_\_. China and Catholic Church. The Country Is Changing; but Is the Regime? *Tripod* – Summer 2003, vol. XXIII, n°. 129, p. 26-36.
- DENG RONG. *Deng Xiaoping e la rivoluzione culturale*. Milão: Ed. Rizzoli, 2003.
- GIOVAGNOLI, Agostino. Rapporti diplomatici fra Santa Sede e Cina. In: GIOVAGNOLI Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999.
- GU WEI MING. Costantini e la “naturalizzazione” della Chiesa in Cina. In: GIOVAGNOLI Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 221-226.
- KING, Geoffrey. Una Chiesa Scismatica? Una valutazione canonica. In: TANG, Edmond e WIEST, Jean-Paul. *La Chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995, p. 127-156.
- LAM, Anthony S.K. *The Catholic Church in Present-Day China: through darkness and light*. Hong Kong: Ferdinand Verbiest Foundation/Holy Spirit Study Centre, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Decades of Vacillation. Chinese Communist Religious Policy and Its Implementation*. Hong Kong: Holy Spirit Study Centre, 2003.
- LAURENTIN, René. *Cina e Cristianesimo, al di là delle occasioni mancate*. Roma: Città Nuova, 1981.
- LAZZAROTTO, Angelo. *La Chiesa cattolica in Cina: la “politica di liberta religiosa” dopo Mao*. Milão: Jaca Book, 1982.

- LEBEC, Eric. *História secreta da diplomacia vaticana*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.
- LEUNG, Beatrice. *Sino-Vatican relations. Problems in conflicting authority 1976-1986*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- MASSON, Michel. Lês rapports entre la Saint Siège et la Chine: un dialogue non abouti. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2001, vol. 32, n. 1°, p. 55-84.
- METZLER, Joseph. La soluzione della questione dei riti. In: GIOVAGNOLI, Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 243-260.
- MEZZETTI, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- REN YAN LI. Repubblica Popolare e Santa Sede. In: GIOVAGNOLI Agostino (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 275-286.
- RUMI, Giorgio. Benedetto XV e il sistema delle relazioni internazionali. In: GIOVAGNOLI, Agostino. (a cura di). *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 21-38.
- SABATTINI, Mario e SANTANGELO, Paolo. *Storia della Cina*. Bari: Laterza, 1986.
- SANTINI, Alceste. *Cina e Vaticano: dallo scontro al dialogo*. Roma: Editori Riuniti, 2003.
- SNOW, Edgar. *Stella Rossa sulla Cina*. Turim: Einaudi, 1974.
- TANG, Domingos. *Os Insondáveis caminhos de Deus. Memórias de D. Domingos Tang. Arcebispo de Cantão*. Braga: Editorial A.O., 1990.
- TANG, Edmond, La Chiesa negli anni '90. In: TANG, Edmond; WIEST Jean Paul et al. *La chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995, p. 55-75.
- TANG, Edmond; WIEST Jean Paul et al. *La chiesa cattolica nella Cina di oggi*. Bolonha: Editrice Missionaria Italiana, 1995.
- WANG XIAOLING. *L'Allodola e il Drago. Sopravvissuta nei gulag della Cina*. Alessandria: Piemme, 1993.
- WEI TSING-SING, Louis. *La Saint-Siège et la Chine, de Pie XI à nos jours*. Sotteville-lès Rouen: Ed. A. Allais, 1971.



ZORZI ADIGE (pseud). *La Chiesa nascosta*. Milão: Baldini e Castoldi, 1999.

## **RESUMO**

O conflito entre a República Popular da China e a Santa Sé, que teve início em 1951 com o rompimento das relações diplomáticas, continua suscitando numerosas perguntas na opinião pública internacional sobre as razões que impedem os dois governos de superarem os obstáculos rumo a uma reconciliação.

Neste artigo analisaram-se as relações entre a China e o Vaticano com o objetivo específico de tornar legíveis os eventos histórico-políticos e religiosos que levaram a tal impasse.

## **PALAVRAS-CHAVE**

China; Santa Sé; Diplomacia.

## **ABSTRACT**

The conflict between the People's Republic of China and the Holy See, which began in 1951 when the two countries broke off all diplomatic relations, continues to stir up numerous questions, in the international public opinion, about the reasons preventing both governments from overcoming the obstacles toward reconciliation.

In this work, we analyze the relations between China and Vatican with the specific aim of clarifying the historical, political and religious events that led to the present situation of conflict.

## **KEYWORDS**

China; Holy See; Diplomacy.